

NOTA TÉCNICA 11/2013

DATA: 18/06/2013

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2013 -
4ª Revisão de Receita.**

Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro

I – Cenário Econômico

O nível de atividade econômica cresceu 2,7%, no período de janeiro a abril, segundo o IBC1 do Banco Central. Com isso, autoridade monetária prevê que o crescimento anual situe-se no intervalo entre 2,4% e 3%. O IPCA atingiu 2,8% no mesmo período, o que sugere que a inflação atinja o topo da meta.

No que tange às expectativas do mercado, o empresariado e os consumidores mostraram-se menos otimistas que no fim de 2012. A confiança do empresário do setor de serviços reduziu-se em 4,8%, no acumulado de 2013, segundo a FGV. O exame das componentes do índice mostra queda no indicador de expectativas (-4,7%), centralizado nos serviços de atividade jurídicas e contábeis, atividades imobiliárias e informação. Os consumidores apresentaram redução na confiança em 4,9% no acumulado em 2013.

Novos fatores afetaram a conjuntura econômica brasileira no primeiro semestre de 2013, a saber: o não cumprimento da meta de superávit fiscal pelo governo federal, a queda na produção de petróleo, a elevação do fluxo de capitais em direção aos Estados Unidos e até as recentes manifestações sociais. Com isso piorou a percepção do investidor estrangeiro acerca do Risco Brasil² e, por isso, os fluxos de capitais tendem a sair do país, pressionando a desvalorização do câmbio.

¹ O IBC-Br é indicador mensal que procura, com as devidas adaptações, reproduzir o movimento do Produto Interno Bruto (PIB), e, desta forma, avaliar o crescimento do nível de produto no País.

² Risco Brasil é uma medida de Insolvência de um país. Sugere-se a Leitura: COLTRO, Alex. “GESTÃO DO RISCO POLÍTICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS”, Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 07, nº 3, julho/setembro 2000.

De outro lado, soma-se a esse contexto a saída de dólares via déficit na balança comercial, por conta, principalmente, da entrada de combustíveis via importação e da estagnação das exportações. Com isso, o câmbio descolou do patamar de dois reais e ultrapassou a marca de R\$ 2,20 na segunda semana de junho. Tal nível de câmbio gera reflexos no controle da inflação via âncora cambial.

No estado do RJ, o indicador de atividade econômica (IBC-RJ) registrou aumento de 1% no período de janeiro a abril e 2% no acumulado dos últimos 12 meses, indicando um desempenho superior ao observado em 2012.

A inflação no ERJ alcançou no período de janeiro a maio 2,4%, segundo IPCA. As principais atividades que sofreram aumento de preços foram: Alimentação e bebidas (5,8%, com destaque para leguminosas com 76% de inflação), Saúde e cuidados pessoais (4,7%), Educação (5,8%). Em contraposição, ocorreu deflação em comunicação (-0,3%), com destaque para redução do preço dos aparelhos telefônicos em 10%.

Em suma, existiu no primeiro semestre um cenário favorável à arrecadação do Rio de Janeiro, a aceleração da inflação e o crescimento da economia. No entanto, o ambiente político e a balança comercial alertam para mudanças, elevando o grau de incerteza para o segundo semestre.

II – Metodologia

A nota de receita contém as receitas estimadas com base em métodos quantitativos e qualitativos.

II.1 – Métodos Quantitativos

Entre os quantitativos os modelos econométricos mais utilizados pela Subsecretaria de Política Fiscal são o VAR e SARIMA.

O SARIMA é utilizado para a estimação dos tributos em geral, por apresentar fácil implementação, exigindo dispêndio mínimo do tempo. A sua principal vantagem é prever as variáveis apenas com a utilização dos valores passados do objeto a ser previsto. Mas também se pode citar a boa capacidade de previsão dos modelos SARIMA para séries sazonais. Uma desvantagem desses modelos é a impossibilidade de adicionar modelos qualitativos na estimativa.

O VAR é o modelo utilizado para prever as receitas que sofrem influência de variáveis econômicas, tais como vendas, PIB, salários e etc. Se diferencia dos demais modelos utilizados em estudo por levar em consideração a endogeneidade das variáveis, é o caso em que uma das variáveis explicativas é determinada pela variável explicada no modelo. Ou seja, x influencia y , mas y também influencia x simultaneamente. Nesse caso, x e o erro geralmente possuem correlação entre si. Para evitar esse erro, o modelo VAR capta a influência mútua entre as variáveis por meio de um vetor de regressões, permitindo que o modelador defina o grau de exogeneidade das variáveis. Por exemplo, podemos citar vendas no varejo e o ICMS onde ambas as variáveis se afetam mutuamente.

Apresentamos a seguir a metodologia dos dois modelos.

II.1.1 SARIMA

Box e Jenkins (1970) introduziram os modelos ARMA e ARIMA onde o primeiro trabalha com variáveis no nível e o segundo com equações em diferença. A escolha entre os dois modelos é determinada pela estacionariedade³ das séries.

³ Uma série temporal é estacionária quando ela se desenvolve aleatoriamente, no tempo, em torno de uma média constante, refletindo alguma forma de equilíbrio estável.

Nestes modelos a finalidade é encontrar uma equação que represente a série temporal X_t , por meio de uma estrutura dependente dos seus valores passados, X_{t-1}, \dots, X_{t-p} e seus erros de previsão um passo à frente, e_{t-1}, \dots, e_{t-q} , onde cada e_{t-q} , para todo $q < n$, é igual a $X_{t-q} - XP_{t-q}$, onde XP_{t-q} é a previsão de X_{t-q} utilizando informações amostrais até o período $t-q-1$.

O componente dependente de seus valores passados é a parte auto regressiva. O processo auto regressivo de ordem p , $AR(p)$, é definido por:

$$X_t = \gamma_1 X_{t-1} + \gamma_2 X_{t-2} + \dots + \gamma_p X_{t-p} + \varepsilon_t \quad AR(p)$$

O componente de médias móveis utiliza valores defasados dos erros de previsão para desenvolver a capacidade preditiva do modelo. Um modelo com médias móveis ε_t é ruído branco. $MA(q)$ tem a seguinte forma:

$$X_t = \varepsilon_t - \theta_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \theta_q \varepsilon_{t-q} \quad MA(q)$$

ε_t é ruído branco.

A conjunção dos dois componentes constrói o modelo $ARMA(p,q)$:

$$X_t - \rho_1 X_{t-1} - \dots - \rho_p X_{t-p} = \varepsilon_t - \alpha_1 \varepsilon_{t-1} - \dots - \alpha_q \varepsilon_{t-q}$$

Como pode ser visto na equação acima a parte auto regressiva esta na esquerda e a média móvel no lado direito da equação. De forma intuitiva, podemos inferir, que no lado esquerdo, a subtração da variável no nível (X_t) de todo o efeito passado resulta no lado direito, isto é, nos erros de previsão cometidos.

Para simplificar, o modelo pode ser descrito utilizando o operador de defasagens L , que é definido por:

$$LX_t = X_{t-1}$$

O modelo $ARMA(p,q)$ pode ser então descrito, utilizando o operador de defasagens L , por:

$$(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p) X_t = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q) \varepsilon_t$$

No caso de não estacionariedade devemos utilizar o modelo em diferenças. A determinação de em quantas diferenças deve-se trabalhar é o limite até que a série se torne estacionária. Quando determinado processo é não estacionário e sua diferença é estacionária ele é denominado um processo integrado.

Um processo X_t é integrado de ordem d se a equação abaixo é estacionária:

$$\Delta^d X_t = (1 - L)^d X_t$$

Um modelo ARIMA(p,d,q) para determinada série de tempo X_t é um modelo no qual X_t é integrável de ordem d . A série estacionária $(1-L)^d X_t$ é então modelada por um processo ARMA(p,q), e toma a seguinte forma:

$$(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)(1 - L)^d x_t = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q) \varepsilon_t \quad \text{ARIMA}(p,d,q)$$

Para inclusão dos componentes sazonais basta extrair os efeitos esperados da mesma forma que a utilização usual do ARIMA. Para tanto, um modelo ARIMA-Sazonal, denominado por SARIMA, é denotado por ARIMA(P,D,Q)_s, onde P é a ordem do componente auto regressivo sazonal, D é a ordem das diferenças sazonais e Q é a ordem da média móvel sazonal. Um modelo ARIMA(P,D,Q)_s é dado por:

$$(1 - \beta_1 L^S - \dots - \beta_p L^{SP})(1 - L^S)^D x_t = (1 - \phi_1 L^S - \dots - \phi_Q L^{QS}) \varepsilon_t$$

Devido as propriedades das séries de tempo, que apresentam tendência, sazonalidade e movimentos cíclicos, é desejável se combinar o modelo ARIMA tradicional com o modelo SARIMA puro, obtendo-se então o modelo ARIMA (p,d,q) x SARIMA(P,D,Q)_s, isto é, constrói-se o modelo ARIMA com AR(p), MA(q) e integrado de ordem d e decompõe-se os efeitos sazonais por meio de um SARIMA. Desta forma temos:

$$\begin{aligned} & \underbrace{(1 - \rho_1 L - \dots - \rho_p L^p)}_{\text{Componente Sazonal autoregressivo}} \underbrace{(1 - \beta_1 L^S - \dots - \beta_p L^{PS})}_{\text{Componente Sazonal nas diferenças}} (1 - L)^d (1 - L^S)^D x_t \\ & = (1 - \alpha_1 L - \dots - \alpha_q L^q) \underbrace{(1 - \phi_1 L^S - \dots - \phi_Q L^{SQ})}_{\text{Componente Sazonal na média Móvel}} \varepsilon_t \end{aligned}$$

Onde s pode ser quatro quando a sazonalidade é trimestral e 12 quando ela for anual.

Para adicionar sazonalidade a determinados meses, o ideal é incluir dummies.

II.1.2-VAR

Se uma variável em um modelo multivariado não parece ser exógena, uma extensão natural é tratar cada variável simetricamente. No caso de duas variáveis

devemos considerar que elas se afetam mutuamente pelos seus valores correntes e passados, ou seja, em um caso bivariado simples, teríamos o seguinte conjunto de equações:

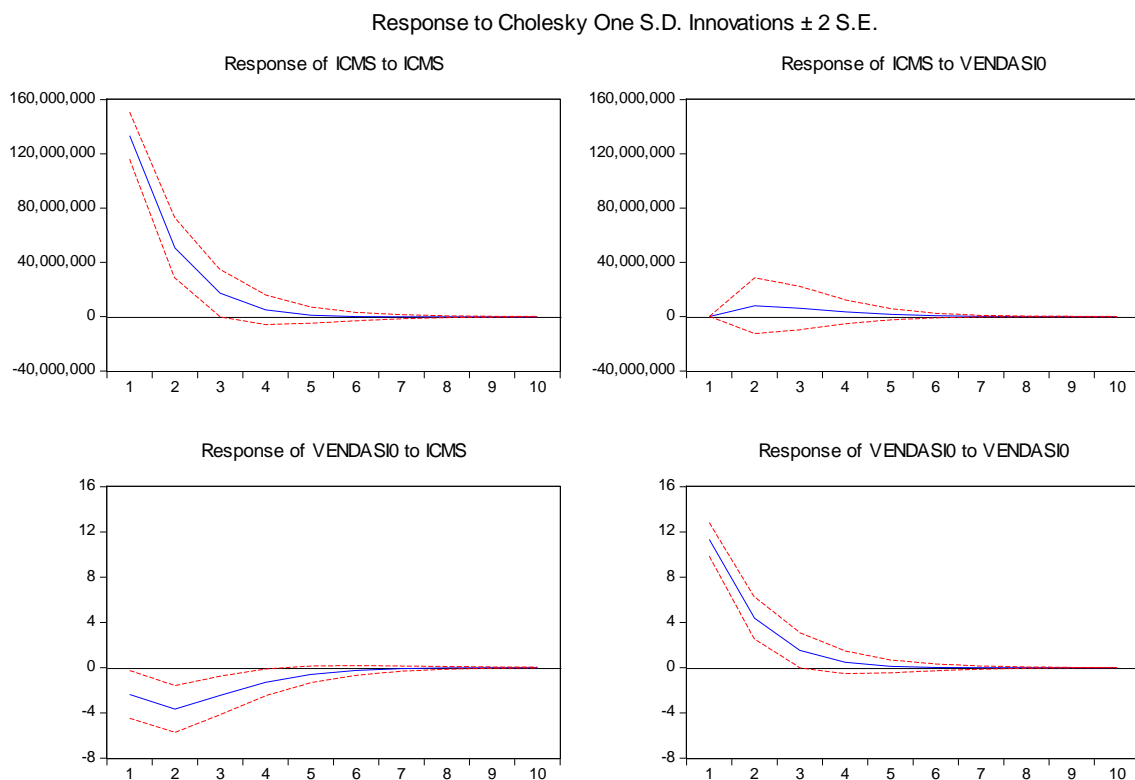
$$z_t = b_{20} - b_{21}y_t + \gamma_{21}y_{t-1} + \gamma_{22}z_{t-1} + \varepsilon_{zt},$$

$$y_t = b_{10} - b_{12}z_t + \gamma_{11}y_{t-1} + \gamma_{12}z_{t-1} + \varepsilon_{yt},$$

Onde: ε_{yt} e ε_{zt} são distúrbios ruídos brancos.

Podemos adicionar quaisquer instrumentos já válidos nas regressões simples do MQO: variáveis exógenas ao modelo que afetem tanto Z_t quanto Y_t ; dummies para efeitos sazonais; dummies para outliers, etc.

Para avaliação da relação entre as variáveis pode-se plotar o gráfico de impulso resposta (como uma variável reage a um impulso nela mesmo ou em outra). Abaixo exemplificamos a sua forma:



II.2 - Método Qualitativo

Algumas receitas são estimadas usando as informações sobre a realização de valores atípicos não incorporados na previsão quantitativa. Os métodos qualitativos de previsão se baseiam em conjecturas sobre a arrecadação futura de determinadas receitas.

Estas técnicas são denominadas frequentemente de aproximações conjecturais ou não-extrapolativas. Além de não apresentar uma formalidade matemática adequada, tais técnicas normalmente não fornecem especificações rigorosas das hipóteses subjacentes do modelo.

Dentro da análise qualitativa escolhemos a técnica da previsão conjectural. Esta técnica se baseia na utilização de um indivíduo ou um grupo pequeno de pessoas que fazem avaliações de circunstâncias futuras prováveis e analisam os efeitos destas sobre a receita a ser prevista.

As aproximações conjecturais tendem a trabalhar melhor quando o ambiente econômico está mudando rapidamente. Quando as circunstâncias econômicas, políticas ou administrativas estão em fluxo intenso, métodos quantitativos podem não capturar informações importantes sobre os fatores que provavelmente estão alterando os padrões históricos, sendo pouco recomendados para o caso.

Uma variação da aproximação conjectural é a chamada previsão de consenso. Aqui, os especialistas, familiarizados com os fatores que afetam um tipo particular de receita, encontram-se para discutir algumas circunstâncias gerais, a fim de definir o que provavelmente acontecerá à arrecadação de determinada receita. A previsão de consenso tende a trabalhar melhor quando há pouca informação histórica para subsidiar a elaboração de um método quantitativo de previsão.

As aproximações conjecturais de previsão têm certamente seu lugar entre os métodos de previsão. Com alguma extensão, uma perspectiva conjectural pode complementar outras técnicas de previsão, mesmo aquelas baseadas em métodos quantitativos extremamente rigorosos.

Assim, essa nota congrega não só modelos quantitativos, mas também metodologia qualitativa. Os métodos quantitativos não podem capturar informações importantes sobre os fatores que provavelmente estão alterando os padrões históricos de uma determinada série, quando as circunstâncias econômicas, políticas ou administrativas estão em fluxo intenso, bem como mudanças futuras em normas.

III – Revisão das Principais Receitas Tesouro

Abaixo a Tabela 1 apresenta as principais receitas do Tesouro, sendo que a coluna G contém os valores mais recentes de previsão para o ano:

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2013 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita	FR	REVISÃO DE RECEITA		4ª REVISÃO X 3ª REVISÃO	
		3ª Revisão (F)	4ª Revisão (G)	(G - F)	Δ % (G/F)
IRRF	00	2.308	2.550	243	10,5%
IPVA	00	1.978	1.939	- 40	-2,0%
ITD	00	576	576	-	
FECF	22	2.696	2.696	0	0,0%
ICMS	00	29.232	29.532	300	1,0%
Receita Financeira		204	204	0	0,1%
FPE	06	1.024	1.024	-	
IPI	07	835	835	-	
Lei Kandir	07	86	86	-	
Demais Transf. União	01	87	87	-	
Multas e Juros*		399	399	-	
Dívida Ativa**		660	660	-	
Dep. Judiciais tributários	90	-	-	-	
Ressarcimento de pessoal cedido		25	33	8	31,2%
Outras Restituições		77	77	-	
Outros		67	73	6	8,7%
	00	0	0	-	
	01	63	69	6	9,2%
	07	0	0	-	
	26	0	0	0	584,5%
	90	0	0	-	
	95	4	4	-	
Receitas Extras		797	925	128	16,1%
CEG	01	280	280	-	
Demais Receitas (Folha)	01	517	517	-	
Receita intra outras Restituições	01	-	128	128	0,0%
Subtotal 1		41.051	41.696	645	1,6%
Alienação de Bens	01	632	432	- 200	-31,6%
Operações de Crédito		6.914	6.914	-	
	11	6.413	6.413	-	
	21	501	501	-	
Receita Financeira		20	43	22	110,1%
Subtotal 2		7.566	7.388	- 178	-2,3%
Royalties		7.664	7.664	-	
	04*	2.147	2.126	- 21	-1,0%
	10*	5.517	5.538	21	0,4%
				-	
CIDE	26	3	3	-	
Salário Educação	05	409	410	0	0,0%
Subtotal 3		8.076	8.076	0	0,0%
TOTAL GERAL (1+2+3)		56.694	57.161	467	0,8%

* Inclui FR 00 - 01 - 22 - 96

** Inclui FR 00 - 01 - 22

A Tabela a seguir apresenta as variações de estimativa por fonte de Recursos:

Tabela 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2013 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita	FR	3ª REVISÃO (F)	4ª REVISÃO (G)	4ª REVISÃO X 3ª REVISÃO	
				(G - F)	Δ % (G / F)
IRRF	00	2.308	2.550	243	10,5%
IPVA	00	1.978	1.939	(40)	-2,02%
ITD	00	576	576		
ICMS	00	29.232	29.532	300	1,03%
Multas e Juros	00	380	381	1	0,26%
Dívida Ativa	00	627	627		
Receita Financeira	00	0	0		
Outras Restituições	00	30	30		
Outros	00	0	0		
TOTAL	00	35.131	35.635	504	1,43%
Receita Financeira	01	204	204		
Demais Transf. União	01	87	87		
Multas e Juros	01	10	9	(1)	-10,27%
Outras Restituições	01	19	19		
Dívida Ativa	01	21	21		
Demais Receitas	01	517	517		
Alienação de Bens*	01	632	432	(200)	-31,65%
Rec. Intra de Pessoal Cedido	01	-	1	1	
Rec. Intra de Outras Restituições	01	-	128	128	
Outros	01	343	349	6	1,70%
TOTAL	01	1.834	1.768	(66)	-3,60%
Royalties	04	2.147	2.125	(21)	-1,00%
Receita Financeira	04	0	0		
Royalties	10	5.517	5.538	21	0,39%
TOTAL		7.664	7.664		
Salário Educação	05	409	409		
Outros	05	0	0		107,41%
TOTAL	05	409	410		0,04%
FPE	06	1.024	1.024		
Receita Financeira	07	0	0		
IPi	07	835	835		
Lei Kandir	07	86	86		
Outros	07	0	0		
TOTAL	07	920	920		
Ressarcimento de pessoal cedido	20	25	32	7	26,89%
Outros	20	12	12		
TOTAL	20	37	44	7	18,05%
FECF	22	2.696	2.696		0,00%
Multas e Juros	22	9	9		
Dívida Ativa	22	12	12		
TOTAL	22	2.717	2.717		0,00%
Outros	26	0	0		584,53%
CIDE	26	3	3		
TOTAL	26	3	3		1,02%
Dep. Judiciais tributários	90	-	-		
Outros	90	0	0		
TOTAL	90	0	0		
Outros	95	2	2		
Outros*	95	2	2		
Outros	11	20	42	22	110,61%
Outras Restituições	11	16	16		
Operações de Crédito*	11	6.413	6.413		
Operações de Crédito*	21	501	501		0,05%
TOTAL GERAL		56.694	57.161	467	0,82%

* Receitas de Capital

IV – Descrição das principais variações de projeção de Receita:

- a) **IRRF** – Reestimado em mais R\$ 243 milhões em relação à segunda revisão, motivado principalmente pelo efeito de alguns aumentos principalmente para a área de Segurança e Educação. O aumento do salário base da PMERJ, por exemplo, fez com que centenas de servidores atingissem renda passível de tributação na fonte, entrando na faixa de cobrança da alíquota de 7,5% do imposto, ou avançando sobre as faixas superiores de tributação da renda⁴.
- b) **IPVA** – A previsão para este ano foi reduzida em R\$ 40 milhões, totalizando R\$ 1.939 milhões. Embora no acumulado (janeiro a maio) a receita ainda apresente uma variação positiva próxima de 10%, essa revisão deve-se à forte queda na arrecadação nos meses de março a maio. Adicionalmente destaca-se que a venda de veículos automotores vêm desaquecendo no ano corrente. Segundo dados da Fenabreve, a venda no varejo registra crescimento de apenas 3,0% no acumulado até maio (inferior ao crescimento de 3,9% verificado no ano passado) contribuindo para um tímido crescimento desta receita no ano corrente.
- c) **ICMS** – O imposto foi reestimado para 2013 com acréscimo de R\$ 300 milhões em relação à 3ª revisão e o valor total para o ano ficou em R\$ 29.532 milhões. O referido acréscimo da previsão teve como causas principais: o aumento da pressão inflacionária nos últimos 12 meses; o forte crescimento do setor alimentação; e, especialmente, a alta na atividade econômica de petróleo, combustível e gás natural, sobretudo sobre a forma de importações. A arrecadação do imposto na entrada de mercadoria do exterior acumula expressiva alta de 43% no acumulado até maio, tendo grande impacto sobre a arrecadação total. No agregado a receita de ICMS teve expressiva variação no período de janeiro a maio, com acréscimo de 14,8% em relação ao ano passado.

⁴ Conforme a Lei nº 12.469 de 26 de agosto de 2011, publicado no D.O.U. de 29/08/2011, que apresenta a tabela vigente do Imposto de Renda.

- d) RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA DE OUTRAS RESTITUIÇÕES** – Valor aumentado em R\$ 128 milhões com relação à terceira revisão. Os recursos são decorrentes de restituição referente à antecipação do pagamento de despesas, pelo Tesouro Estadual, vinculadas ao contrato de empréstimo PROCOI com a Caixa Econômica Federal.
- e) ALIENAÇÃO DE BENS** – Os valores de alienação de bens sofreram alterações, devido à falta de sinalização quanto ao pagamento de parcela referente ao BERJ, como indicado na 1ª Revisão de Receita em janeiro de 2013 no valor de R\$ 200 milhões. Vale salientar que a retirada deste valor possui intuito prudencial. Contudo, existe a possibilidade de ingresso ainda neste exercício.
- f) ROYALTIES** – no agregado dos royalties não houve alteração na previsão de receita, porém houve um ajuste com aumento na sublínea de participações especiais, compensada por redução nas sublíneas do royalty. A mudança acarretou em pequenas mudanças nas vinculações de receita de forma que houve uma redução de 21 milhões na Fonte 04 e correspondente aumento na Fonte 10.

V – Cronograma de entrada de receitas.

A reavaliação das Receitas do Estado alterou também a expectativa de entrada de receitas. O quadro abaixo trás o novo cronograma ajustando o fluxo de entradas de maneira que a liberação das cotas orçamentárias deve observar esse novo cronograma.

Tabela 3 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos.

FONTE	TIT FONTE	FR	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11	RECEITA TRIBUTÁRIA	00	6.359.928	5.656.626	5.695.085	5.475.187	5.511.218	5.898.885	34.596.929
		01	4.842	3.701	5.106	6.266	6.266	6.266	32.448
		22	477.268	433.758	454.014	443.681	443.681	443.681	2.696.082
13	RECEITA PATRIMONIAL	00	11	0	6	3	3	9	32
		01	34.057	35.414	37.725	41.341	40.780	320.965	510.281
		04	1.507.501	79.154	159.158	149.352	80.998	149.352	2.125.515
		05	119	93	53	5	5	5	280
		07	3	-	-	-	-	0	3
		10	453.979	416.008	1.508.155	1.410.363	339.529	1.410.363	5.538.398
		11	13.293	15.151	9.834	1.305	1.305	1.305	42.193
		21	182	168	95	19	19	19	500
		26	4	12	15	1	1	1	35
		90	28	48	47	38	38	38	236
		95	-	-	41	425	584	435	1.486
16	RECEITA DE SERVIÇOS	01	720	1.171	732	374	348	1.450	4.796
		95	-	-	-	59	46	34	139
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	00	-	-	-	-	-	-	-
		01	-	-	-	-	29.157	58.314	87.471
		05	86.312	64.213	58.979	65.775	66.548	67.406	409.235
		06	207.838	142.337	196.499	142.376	134.728	199.763	1.023.541
		07	145.207	135.324	154.098	154.379	160.601	170.815	920.424
		26	90	2.836	-	-	-	5	2.930
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	00	179.033	233.155	172.111	153.042	149.081	151.345	1.037.766
		01	11.590	27.787	56.626	150.998	140.226	185.643	572.870
		11	402	5.078	3.895	2.670	2.264	2.008	16.317
		20	-	1.467	6.029	3.653	2.043	2.336	15.527
		22	3.373	3.842	4.099	3.526	3.526	2.809	21.176
		90	-	-	-	-	-	-	-
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11	594.136	61.381	1.196.374	572.523	2.010.633	1.978.165	6.413.214
		21	25.480	12.442	146.662	279.053	18.586	18.586	500.807
22	ALIENAÇÃO DE BENS	01	-	-	-	86.385	-	345.541	431.926
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	95	-	-	289	578	578	578	2.025
79	INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	01	-	5	118.072	1	0	10.001	128.081
		20	16	8.531	4.797	6.674	5.152	3.131	28.301
Total Geral			10.105.410	7.339.702	9.988.596	9.150.053	9.147.945	11.429.257	57.160.962

* Apenas UGE 999900

VI - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir evidencia a comparação dos valores estimados nesta quarta revisão de receita, detalhados por fonte de recursos, reavaliados em fatos registrados até o mês de junho, com a dotação atual disponível, desconsiderando-se as alterações orçamentárias decorrentes da incorporação de superávit financeiro.

Tabela 4

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE										
FR	RECEITA PREVISTA (JUN 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (JUN 2013)	SUPERÁVIT (JUN 2013)	CONTINGENCIADO (JUN 2013)	CONTIDO (JUN 2013)	Empenhado (18-06)	Liquidado (18-06)	Pago (18-06)	DISPONÍVEL (JUN 2013) (B)	DIFERENÇA (A)-(B)
00	35.634.727.349	35.316.705.972	96.996.123	121.083.449	-	15.672.540.160	13.557.105.054	12.428.317.538	35.098.626.400	536.100.949
01	1.767.873.207	3.107.131.127	4.833.992	1.150.334.123	-	612.498.969	552.510.095	404.890.921	1.951.963.012	(184.089.805)
06	1.023.540.571	1.129.265.492	-	105.724.921	-	781.559.112	780.218.510	778.684.646	1.023.540.571	-
07	920.427.015	1.274.898.154	15.063.086	339.245.644	-	550.615.226	547.868.328	542.369.257	920.589.424	(162.409)
22	2.717.257.444	2.853.400.775	-	136.212.995	-	1.403.373.876	1.140.223.404	870.048.265	2.717.187.780	69.664
Subtotal Rec. Livres	42.063.825.586	43.681.401.520	116.893.202	1.852.601.132	-	19.020.587.343	16.577.925.392	15.024.310.626	41.711.907.187	351.918.399
04	2.146.965.223	2.146.961.596	92.373	-	-	1.633.741.746	1.595.810.991	1.569.574.222	2.146.869.223	96.000
05	409.514.542	432.888.470	23.653.928	-	-	166.712.062	113.291.196	98.236.277	409.234.542	280.000
20	43.828.332	44.902.247	1.749.945	-	-	8.392.155	3.685.170	2.766.987	43.152.302	676.030
26	2.965.243	2.930.547	-	-	-	1.022.714	22.391	22.391	-	2.965.243
90	236.172	20.236.172	-	20.236.172	-	-	-	-	-	236.172
95	3.648.894	8.478.561	4.829.667	-	-	4.829.667	4.829.667	-	3.648.894	-
96	-	4.156.991	-	-	-	-	-	-	4.156.991	(4.156.991)
11	6.471.723.175	9.252.721.278	743.236.630	64.000.000	1.474.890.931	2.036.229.840	1.123.389.104	1.110.305.595	8.445.484.648	(1.973.761.473)
21	501.307.279	725.468.131	14.551.737	-	-	123.989.160	13.707.886	13.312.869	710.916.394	(209.609.115)
10*	5.516.947.830	5.516.947.830	-	-	-	1.473.982.571	1.473.982.571	1.471.658.885	5.516.947.830	-
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	15.097.136.690	18.155.691.823	788.114.280	84.236.172	1.474.890.931	5.448.899.914	4.328.718.974	4.265.877.226	17.280.410.824	(2.183.274.134)
TOTAL	57.160.962.276	61.837.093.344	905.007.482	1.936.837.304	1.474.890.931	24.469.487.258	20.906.644.366	19.290.187.853	58.992.318.011	(1.831.355.735)

* FR 10 - Royalties do RioPrevidência

O resultado da comparação demonstrada na Tabela acima aponta que o orçamento disponível é superior à expectativa de receita do exercício em R\$ 1,83 bilhão. Para preservar o equilíbrio orçamentário e financeiro, mesmo com a sensível melhora de algumas rubricas de receita, é fundamental contingenciar o valor indicado. A frustração de receita apontada nesta Nota ocorre basicamente em operações de crédito.

Já, no âmbito das receitas próprias do Tesouro, consideradas as fontes de recursos que se compensam, a previsão de receita supera a dotação disponível em R\$ 351,92 milhões, dos quais grande parte deverá ser alocada nas vinculações constitucionais e legais conforme detalhado no item **VII** a seguir.

VII – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

Conforme ressaltado na Nota Técnica anterior, a contabilização do FUNDEB por conta redutora dispensa a execução orçamentária das dotações alocadas nos PT(s) de Perda Líquida e Retorno / UO Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. No entanto, mantivemos a estimativa dessa despesa nos gastos com Educação aqui apresentados para evidenciar que previsão inicial está deficitária em relação à receita que ora se apresenta.

VII.1 Transferências aos Municípios

COMPARATIVO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E PREVISÃO DE RECEITA
VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E OUTRAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS								
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (JUN 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (18/06)	CONTIGENCIADO (18/06)	EMPENHADO (18/06)	LIQUIDADO (18/06)	PAGO (18/06)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00	8.599.513.318	8.512.707.432	-	3.977.033.124	3.977.032.756	3.953.790.591	8.512.707.432	86.805.886
FR 04	411.923.967	411.923.967	-	178.956.533	178.956.440	178.956.440	411.923.967	-
FR 07	208.642.866	293.495.629	84.852.763	80.142.510	80.142.414	75.641.615	208.642.866	(1)
FR 26	732.561	731.282	-	22.714	22.391	22.391	731.282	1.278
TOTAL GERAL	9.220.812.711	9.218.858.310	84.852.763	4.236.154.880	4.236.154.000	4.208.411.036	9.133.274.265	86.807.164

VII.2 Saúde

Em R\$

SAÚDE								
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (JUN 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (18/06)	CONTIGENCIADO (18/06)	EMPENHADO (18/06)	LIQUIDADO (18/06)	PAGO (18/06)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS*		3.856.631.291	48.595.598	1.642.696.376	1.406.511.936	1.139.512.021	3.808.035.693	(3.808.035.693)
2901		5.287.200	1.000	133.065	24.451	24.451	5.286.200	
2931		27.658.112	-	11.456.315	11.450.438	9.835.374	27.658.112	
2961		3.734.878.044	48.594.598	1.589.618.324	1.357.571.271	1.100.041.345	3.686.283.446	
2971		88.607.935	-	41.488.672	37.465.777	29.610.851	88.607.935	
4043		200.000	-	-	-	-	200.000	
IASERJ		(27.658.112)	-	(11.456.315)	(11.450.438)	(9.835.374)	(27.658.112)	
Op. da Farmácia Popular		(40.000.000)	-	(17.637.809)	(16.385.757)	(10.075.983)	(40.000.000)	
Proteção ao Usuário de Drogas		(14.500.000)	-	(3.323.745)	(1.919.745)	(1.856.361)	(14.500.000)	
Proteção a Criança e Adolesc. Dep. Químico		(4.023.222)	-	(2.011.611)	(2.011.611)	(1.031.718)	(4.023.222)	
Juros sobre a Dívida (IVB)		(387.000)	-	(173.683)	(173.683)	(144.103)	(387.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(602.365)	(391.749)	(312.505)	-	
Restituição				-	-	-		
Fundações de Saúde				89.979.826	88.717.632	82.290.540	-	
Despesa Intraorçamentária do FES				(115.997.978)	(112.167.497)	(90.756.248)		
RP 2012 Cancelado				(50.059)	(50.059)	(50.059)		
TOTAL GERAL	3.775.330.837	3.770.062.957	48.595.598	1.581.422.639	1.350.679.029	1.107.740.210	3.721.467.359	53.863.478

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043.

VII.3 Educação e FUNDEB

Em R\$

EDUCAÇÃO E FUNDEB								
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (JUN 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (18/06)	CONTINGENCIADO (18/06)	EMPENHADO (18/06)	LIQUIDADO (18/06)	PAGO (18/06)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
PERDA LÍQUIDA	2.731.689.482	2.691.221.735	28.107.689	1.341.350	1.341.350	1.341.350	2.663.114.046	68.575.436
FR 00	2.478.508.561	2.450.262.919	-	1.341.350	1.341.350	1.341.350	2.450.262.919	28.245.642
FR 06	161.485.486	142.640.914	7.569.504	-	-	-	135.071.410	26.414.076
FR 07	91.695.436	98.317.902	20.538.185	-	-	-	77.779.717	13.915.719
RETORNO	2.483.850.016	2.578.167.122	66.765.819	51.716	51.716	50.686	2.511.401.303	(27.551.287)
FR 00	2.389.981.892	2.400.020.250	22.816.866	51.716	51.716	50.686	2.377.203.384	12.778.508
FR 06	43.222.629	83.212.184	13.575.480	-	-	-	69.636.704	(26.414.075)
FR 07	50.645.496	94.934.688	30.373.473	-	-	-	64.561.215	(13.915.719)
UOS*	2.649.752.202	2.739.022.778	74.476.976	1.420.711.453	1.082.294.632	849.311.618	2.664.545.802	(14.793.600)
1241		15.153.971	1.000	6.567.797	6.567.597	5.708.653	15.152.971	
1801		1.136.490.904	47.886.254	508.524.294	390.803.027	241.700.803	1.088.604.650	
1802		156.540.629	2.910.050	63.336.032	58.242.238	49.608.585	153.630.579	
4041		180.137.691	-	95.876.978	88.473.216	75.271.219	180.137.691	
4043		648.902.922	12.028.830	446.367.004	302.013.988	275.449.749	636.874.092	
4044		652.883.158	11.651.842	339.491.579	277.492.240	232.649.870	641.231.316	
4045		123.260.543	-	62.013.347	52.932.718	47.490.992	123.260.543	
4046		31.101.150	-	12.029.065	10.412.676	9.177.678	31.101.150	
4047		23.627.852	-	10.118.242	8.995.477	7.903.586	23.627.852	
CEPERJ		(15.153.971)	(1.000)	(6.567.797)	(6.567.597)	(5.708.653)	(15.152.971)	
FAPERJ		(180.137.691)	-	(95.876.978)	(88.473.216)	(75.271.219)	(180.137.691)	
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(15.700.000)	-	(5.787.071)	(5.783.811)	(4.098.400)	(15.700.000)	
Nutrição Escolar (FAETEC)		(18.084.380)	-	(3.926.794)	(3.268.627)	(1.118.650)	(18.084.380)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(2.230.185)	(321.350)	(245.341)	-	-
Multas/Juros INSS				(16.796)	(16.796)	(103)	-	-
Restituições				(6.123)	(6.008)	(6.008)	-	-
Aplicação FR 15				(4.439.106)	(4.439.106)	(4.439.106)	-	-
RP				(4.762.034)	(4.762.034)	(4.762.034)	-	-
TOTAL GERAL	7.865.291.700	8.008.411.635	169.350.484	1.422.104.519	1.083.687.698	850.703.654	7.839.061.151	26.230.549

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047. Os valores já contabilizam as deduções

VII.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Em R\$

FAPERJ								
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (JUN 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (18/06)	CONTINGENCIADO (18/06)	EMPENHADO (18/06)	LIQUIDADO (18/06)	PAGO (18/06)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	375.277.472	372.180.995	5.260.832	144.903.748	134.357.629	114.610.368	366.920.163	8.357.309

Em R\$

FECAM								
FECAM	DESPESA PREVISTA (JUN 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (18/06)	CONTINGENCIADO (18/06)	EMPENHADO (18/06)	LIQUIDADO (18/06)	PAGO (18/06)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 01	367.592	714.121	-	337.305	87.579	87.579	714.121	(346.529)
FR 04	384.712.716	362.594.654	-	124.310.523	86.379.862	60.143.093	362.594.654	22.118.062
TOTAL GERAL	385.080.308	363.308.775	-	124.647.829	86.467.440	60.230.671	363.308.775	21.771.533

* Na LOA 2013 não foi previsto o pré-sal = 21.771.532

Em R\$

FEHIS								
FEHIS	DESPESA PREVISTA (JUN 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (18/06)	CONTINGENCIADO (18/06)	EMPENHADO (18/06)	LIQUIDADO (18/06)	PAGO (18/06)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS		219.007.129	12.931.406	68.484.299	46.428.054	35.535.560	206.075.723	
Aluguel Social		66.332.949	689.894	34.791.996	34.739.896	34.126.608	65.643.055	
TOTAL GERAL	271.725.744	285.340.078	13.621.300	103.276.295	81.167.951	69.662.168	271.718.778	6.966

* Considerado PT 3437 de Recuperação Região Serrana com ações de socorro

Em R\$

FAF								
FAF	DESPESA PREVISTA (JUN 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (18/06)	CONTINGENCIADO (18/06)	EMPENHADO (18/06)	LIQUIDADO (18/06)	PAGO (18/06)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
TOTAL GERAL	315.130.901	294.521.966	6.493.893	171.264.743	152.714.359	149.392.634	288.028.073	27.102.828

Em R\$

PASEP								
PASEP	DESPESA PREVISTA (JUN 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (18/06)	CONTINGENCIADO (18/06)	EMPENHADO (18/06)	LIQUIDADO (18/06)	PAGO (18/06)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00	326.462.795	339.709.335	1.663.348	133.099.372	133.099.372	102.778.550	338.045.987	(11.583.192)
FR 01	17.678.732	19.690.000	-	45.326	45.326	45.326	19.690.000	(2.011.268)
FR 04	72.519.891	72.518.931	-	37.386.853	37.386.853	37.386.853	72.518.931	960
FR 06	10.235.406	8.505.502	-	4.560.349	4.560.349	4.560.349	8.505.502	1.729.904
FR 07	5.846.432	6.008.841	-	2.209.521	2.209.521	2.209.521	6.008.841	(162.409)
FR 26	29.652	21.993	-	-	-	-	21.993	7.660
TOTAL GERAL	432.772.908	446.454.602	1.663.348	177.301.421	177.301.421	146.980.600	444.791.254	(12.018.346)

VIII - Resumo de Origens e Aplicações de Recursos

Feitas as considerações anteriores, a Tabela abaixo aponta o saldo/déficit por fonte de recursos evidenciados na Tabela 4, restando no âmbito dos recursos do Tesouro, nas FR(s) 00 e 22 um saldo de R\$ 161,9 milhões para livre alocação, após compensadas as frustrações de receitas das FR(s) 01 e 06 e atendidas as vinculações.

RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (4ª REVISÃO RECEITA)

							Em R\$			
FR	00	01	06	07	22	SUBTOTAL	04	20	26	TOTAL
SALDO / DÉFICIT FR	536.100.949	-184.089.805	0	-162.409	69.664	351.918.399	96.000	676.030	2.965.243	355.655.672
TOTAL COMPROMISSOS	190.776.858	-2.357.797	1.729.904	-162.410	6.966	189.993.522	22.119.022	0	8.938	212.121.482
ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICÍPIOS	86.805.886			-1	86.805.886	0		1.278	86.807.164
	SAÚDE	53.863.478				53.863.478				53.863.478
	FUNDEB	41.024.150		0	-1	41.024.149				41.024.149
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	-14.793.600				-14.793.600				-14.793.600
	FAPERJ	8.357.309				8.357.309				8.357.309
	FECAM		-346.529			-346.529	22.118.062			21.771.533
	FEHIS					6.966				6.966
	FAF	27.102.828				27.102.828				27.102.828
PASEP	-11.583.192	-2.011.268	1.729.904	-162.409		-12.026.965	960		7.660	-12.018.346
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)	345.324.091	-181.732.008	-1.729.904	1	62.698	161.924.878	-22.023.022	676.030	2.956.305	143.534.190

IX – Conclusões

A presente nota avaliou a receita sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária, tomando por base os registros contábeis até junho e avaliada a tendência do exercício, resultado das medidas que vem sendo implementadas com intuito de incrementar a disponibilidade financeira para cumprir compromissos do Governo. A estimativa de receita aqui apresentada inclui R\$280 milhões, renovação da concessão da CEG ainda não formalizada.

O acompanhamento recorrente da realização da receita no decorrer do exercício poderá sugerir outras medidas ou a liberação de recursos atualmente contingenciados.

Indicação de suplementação de dotações relativas às despesas obrigatórias e índices constitucionais está apresentada no item V evidenciando por fim os recursos de livre alocação que deverão, s.m.j., cobrir as despesas obrigatórias ainda não contempladas.

Henrique Diniz de Oliveira
Coordenador de Projeção de Receitas

Josélia Castro Albuquerque
Superintendente

De acordo,

George Santoro
Subsecretário de Política Fiscal
Política Fiscal